

CERTIDÃO

Certifico, que a fotocópia apensa a esta certidão está conforme o original e contém **doze** folhas, que foi extraída neste Cartório:-----

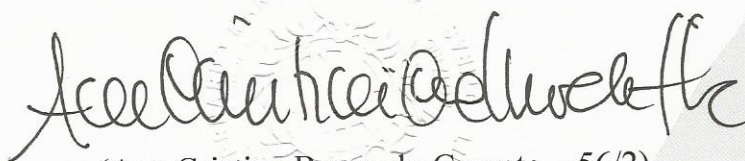
1. da escritura lavrada de folhas **noventa e três** a folhas **noventa e quatro**, verso, do livro de Notas para Escrituras Diversas número **Quatrocentos e Dezasseis - E**; e-----

2. da Republicação dos Estatutos da Federação Portuguesa de Shorinji Kempo, documento arquivado a instruir a referida escritura.-----

Oeiras, quinze de julho de dois mil e quinze.

O/A Colaborador/a, expressamente autorizado/a para a prática deste acto pela Notária Lic. Lucinda do Rosário Bernardo Martins Gravata, nos termos do nº

1 do artigo 8º do Estatuto do Notariado, conforme registo de autorização publicado no sítio www.notarios.pt em 31 de Janeiro de 2011.



☐ (Ana Cristina Bernardo Gravata – 56/2)

☒ (Ana Cristina Coelho da Silva – 56/3)

☐ (Jorge Manuel Dias Gomes – 56/4)

Conta conferida e registada sob o n.º PB3076/2015. Foi emitido recibo.

1
61LUCINDA GRAVATA
NOTÁRIA

Livro	416-E
Fls.	93
<i>Lucinda</i>	

ALTERAÇÃO PARCIAL DE ESTATUTOS

No dia **quinze de julho de dois mil e quinze**, em Oeiras, na Alameda Bonifácio Lázaro Lozano, número 3, Piso 2-A, no Cartório Notarial da **Licenciada Lucinda do Rosário Bernardo Martins Gravata**, perante mim, respetiva Notária, compareceu como outorgante:-----

JOSÉ ANTÓNIO DA SILVA ARAÚJO, casado, segundo declara, natural da freguesia de S. Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, residente na Praceta Artur Bernardino, número 5, 2º A, Agualva-Cacém, Sintra, titular do cartão de cidadão com o número de identificação civil 02363260 válido até 05/05/2020, emitido pela República Portuguesa, que-----

Outorga na qualidade de **Presidente da Direção** em nome e representação da associação denominada **"FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SHORINJI KEMPO"**, NIPC 504607111, com sede na Praça Bernardo Santareno, número cinco, oitavo andar direito frente, em Lisboa, qualidade e suficiência de poderes para este acto que verifiquei por fotocópias certificadas das atas números dois e quatro/dois mil e quinze das reuniões da Assembleia Geral, ambas realizadas em dezoito de abril de dois mil e quinze, documentos **que arquivo**.-----

Verifiquei a identidade do outorgante, pela exibição do referido documento de identificação.-----

Pelo outorgante, na qualidade em que figura, foi dito:-----

Que, a sua representada é, como se disse, uma associação de direito privado, sem fins lucrativos, constituída por escritura pública outorgada em dezoito de agosto de mil novecentos e noventa e sete, lavrada a folhas cem, do livro de notas para escrituras diversas número Trezentos e quarenta e sete-B, do extinto Quarto Cartório Notarial de Lisboa;-----

2
/

Que, por esta escritura e em cumprimento do deliberado por unanimidade dos associados presentes na referida reunião da Assembleia Geral da sua representada, realizada em dezoito de abril de dois mil e quinze, a que se refere a ata número quatro, regularmente convocada e considerada em condições de validamente deliberar, altera parcialmente os estatutos por que se rege a dita Associação, dando nova redação aos artigos primeiro, número três, quinto, número dois, alínea d), aditando um novo número ao artigo vinte que passa a ser o número um, renumerando os anteriores números um, dois e três que passam a ser os números dois, três e quatro, um novo número ao artigo trigésimo terceiro que passa a ser o número um, renumerando os anteriores números um e dois que passam a números dois e três, e ainda com o aditamento de uma nova Secção (IX) e de um novo artigo que irá ocupar a posição do artigo quadragésimo segundo do Capítulo III, passando inalterado o anterior artigo quadragésimo segundo (infração disciplinar) do Capítulo IV – do Regime Disciplinar – para o artigo quadragésimo terceiro, com a consequente renumeração dos artigos seguintes, mantendo-se inalterada a redação dos mesmos, tudo nos termos seguintes:-----

“Artigo 1º

...-----

3. A sede da Federação Portuguesa de Shorinji Kempo é no Distrito de Lisboa, designadamente na Praceta Artur Bernardino, número cinco, segundo A, 2735-062 Agualva-Cacém, união das freguesias de Agualva e Mira Sintra, concelho de Sintra.-----

Artigo 5º

1. ...-----

2. ...-----

3
01

LUCINDA GRAVATA
NOTÁRIA

Livro	416-E
Fls.	94
<i>[Assinatura]</i>	

d) Promover a formação dos agentes de ensino do Shorinji Kempo, só reconhecendo como aptos a ensinar, quem tenha realizado a formação da FPSK reconhecida pelo IPDJ.-----

Artigo 20º

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com um mínimo de quinze dias de antecedência.-----

2. (anterior número um).-----

3. (anterior número dois).-----

4. (anterior número três).-----

Artigo 33º

1. O Diretor Técnico é nomeado pela Direção. -----

2. (anterior número um).-----

3. (anterior número dois).-----

CAPÍTULO III

Dos órgãos federativos

Secção IX

DO COMITÉ PARA A DEFESA DAS PROPRIEDADES INTELECTUAIS DO SHORINJI KEMPO

Artigo 42º

Comité para a Defesa das Propriedades Intelectuais do Shorinji Kempo – Value
Level Up

1. Este Comité exerce as suas funções com autonomia do presidente e direção da FPSK, embora em forte sintonia e cooperação mútuas, competindo-lhe

4
/

nomeadamente:-----

a) Garantir a total e completa defesa e proteção de todas as Propriedades Intelectuais que caracterizam o Shorinji Kempo.-----

b) Analisar, corrigir se necessário, e aprovar ou não, todos os pedidos de clubes e/ou secções filiados na FPSK, relativamente ao uso da marca e símbolo do Shorinji Kempo.-----

c) Fornecer ficheiros que reflitam a marca e símbolo do Shorinji Kempo a ser utilizada.-----

2. Os seus membros – preferencialmente três – são nomeados pela Direção da FPSK – tendencialmente no início de cada mandato desta – de entre os instrutores nacionais com maior experiência e conhecimentos nesta área tão sensível do Shorinji Kempo.”-----

Que, assim, dá por alterados os estatutos da sua representada nos termos referidos;-----

Que a redação integral dos estatutos, após a presente alteração, passa a ser a constante do documento anexo à presente escritura que, a pedido do outorgante, se arquivava.-----

EXIBIU:- Certificado de admissibilidade de firma ou denominação com o código 1775-4212-0126, aprovado em 02 de julho de 2015.-----

Esta escritura foi lida e o seu conteúdo explicado ao outorgante.

Jose Antonio da Silva Maia

A notário,

Luís de Rosário Bernardo
Caut. regist. sob o n.º PB3076/2015

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE SHORINJI KEMPO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS -

Artigo 1.º

(Denominação, natureza, regime e sede)

1. A Federação Portuguesa de Shorinji Kempo, adiante designada "FPSK" ou "federação", é uma pessoa colectiva de direito privado sem fins lucrativos.
2. A FPSK rege-se pelos presentes estatutos, pelos regulamentos aprovados, pelas normas e regulamentos da World Shorinji Kempo Organization, adiante designada "WSKO", e exerce jurisdição, em matéria de *Shorinji Kempo*, sobre o território português.
3. A sede da FPSK é no Distrito de Lisboa, designadamente na Praceta Artur Bernardino, n.º 5, 2º A, 2735-062 Aqualva-Cacém, união das freguesias de Aqualva e Mira Sintra, concelho de Sintra.

Artigo 2.º

(Símbolos)

1. São símbolos da FPSK a bandeira, o emblema e o galhardete.

Artigo 3.º

(Filiação)

1. A FPSK é membro da WSKO e é reconhecida por todas as federações internacionais como sendo a única representante do Shorinji Kempo em Portugal.

Artigo 4.º

(Fundamento e princípios)

1. A FPSK funda-se na prática, no estudo e na promoção em Portugal do Shorinji Kempo, criado pelo seu fundador Mestre *Doshin So*.
2. A FPSK actuará de acordo com os ensinamentos do fundador por forma a promover relações de amizade e solidariedade.
3. A FPSK organiza-se e prossegue os seus fins e atribuições de acordo com os princípios de liberdade, da democraticidade, da representatividade e da transparência.
4. Sem prejuízo da legislação nacional, a FPSK segue os regulamentos, normas, metodologia de ensino e tudo o de mais relativo à prática de Shorinji Kempo de acordo com o estipulado pela WSKO.
5. A FPSK é independente do Estado, das formações partidárias e das instituições religiosas.

1. A FPSK visa promover e defender a prática do Shorinji Kempo, zelando pela aplicação dos seus princípios.
2. Compete designadamente à FPSK:
 - a) Promover, regulamentar e dirigir, a nível nacional, a prática do Shorinji Kempo;
 - b) Representar todos os seus associados e, em geral, o Shorinji Kempo, junto das autoridades portuguesas, bem como perante quaisquer organizações ou manifestações internacionais, assegurando, sendo caso disso, a participação competitiva de selecções nacionais;
 - c) Organizar estágios, campeonatos nacionais, e outros eventos considerados convenientes à divulgação e promoção do Shorinji Kempo em Portugal;
 - d) Promover a formação dos agentes de ensino do Shorinji Kempo, só reconhecendo como aptos a ensinar, quem tenha realizado a formação da FPSK reconhecida pelo IDPJ;
 - e) Prestar assistência aos seus associados; e,
 - f) Exercer quaisquer competências que, no âmbito dos seus fins, lhes sejam cometidas por lei.

CAPÍTULO II

- DAS ENTIDADES FEDERADAS -

SECÇÃO I

- CATEGORIAS -

Artigo 6.º

(Categorias de associados)

1. A FPSK tem as seguintes categorias de associados:
 - a) Ordinários;
 - b) De mérito; e,
 - c) Honorários.
2. São associados ordinários os clubes, praticantes, e demais entidades que promovam, pratiquem ou contribuam para o desenvolvimento da modalidade.
3. São associados de mérito as pessoas singulares ou colectivas cuja acção em prol da federação o recomende e esta assim os entenda distinguir.
4. São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas cuja acção em prol do Shorinji Kempo mereça tal distinção e a federação assim as entenda distinguir.
5. As categorias de associados referidos nos números três e quatro são cumuláveis.

SECÇÃO II

- AQUISIÇÃO E PERDA DA QUALIDADE DE ASSOCIADO -

Artigo 7.º

(Aquisição da qualidade de associado)

1. A qualidade de associado ordinário adquire-se:
 - a) Quanto às pessoas colectivas, por deliberação da Direcção, precedendo requerimento fundamentado contendo a manifestação de vontade expressa em aderir à federação;
 - b) Quanto às pessoas singulares, por solicitação das associações nas quais se encontrem já filiadas, ou dos próprios, mediante a apresentação de documentos onde se manifeste a vontade de aderir.
2. A Direcção pode sujeitar a admissão de associado a condições de natureza probatória da qualidade do proponente e ao pagamento das quantias que forem exigíveis.
3. A qualidade de associado de mérito ou honorário é concedida por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta fundamentada da Direcção.

Artigo 8.º

(Perda da qualidade de associado)

1. Perde-se a qualidade de associado ordinário:
 - a) Por comunicação escrita do associado à Direcção, manifestando essa intenção; e,
 - b) Por falta de cumprimento das suas obrigações pecuniárias, desde que, avisado pela Direcção, não proceda à respectiva liquidação no prazo de trinta dias.
2. Perde-se a qualidade de associado de mérito ou honorário por deliberação da Assembleia Geral, sob proposta fundamentada da direcção, após parecer do Conselho de Justiça.

SECÇÃO III

- DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS -

Artigo 9.º

(Direitos e deveres)

1. São direitos dos associados:
 - a) Solicitar e receber assistência da federação;
 - b) Tomar parte nas discussões e deliberações da Assembleia Geral;
 - c) Participar na eleição dos titulares dos órgãos federativos;
 - d) Examinar os documentos e contas da gerência e apreciar em sede de Assembleia Geral os actos dos órgãos federativos;
 - e) Reclamar contra factos ou actuações que entendam lesivos dos direitos que lhes são conferidos por via estatutária ou regulamentar;
 - f) Receber resposta por parte dos órgãos federativos aos seus contactos em tempo razoável;
 - g) Tomar e emitir, nos locais e pelos meios próprios, posição sobre a actuação da federação; e,

- h) Requerer, nos termos legais e estatutários, a convocação da Assembleia Geral.
2. São deveres dos associados:
 - a) Cumprir os estatutos e regulamentos da federação;
 - b) Acatar, nos termos estatutários, as deliberações dos órgãos federativos;
 - c) Cumprir pontualmente as obrigações pecuniárias que estatutária ou regularmente forem estabelecidas;
 - d) Promover, por qualquer forma válida, a dignificação, divulgação e expansão do Shorinji Kempo;
 - e) Fornecer, em tempo útil, as informações que lhes sejam solicitadas pela federação, no âmbito da actividade desta;
 - f) Informar a Direcção dos seus associados propostos a prova de graduação em tempo mínimo de trinta dias antes da realização da prova;
 - g) Tratando-se de pessoas colectivas, responsabilizar-se pela conduta dos seus associados durante a prática do Shorinji Kempo e garantir o cumprimento das sanções disciplinares que lhes sejam aplicadas;
 - h) Tratando-se de pessoas colectivas, informar a Direcção dos eventos de carácter públicos, nacionais ou internacionais, em que irá participar com antecedência de cinco dias úteis; e,
 - i) Tratando-se de pessoas colectivas, inscrever os seus associados na federação.

CAPÍTULO III

- DOS ÓRGÃOS FEDERATIVOS -

SECÇÃO I

- DISPOSIÇÕES GERAIS -

Artigo 10.º

(Elenco)

1. São órgãos da FPSK:
 - a) A Assembleia Geral;
 - b) O Presidente;
 - c) A Direcção;
 - d) O Conselho Fiscal;
 - e) O Conselho de Disciplina;
 - f) O Conselho de Justiça; e,
 - g) O Conselho de Arbitragem.

Artigo 11.º

(Eleições)

1. Os delegados à Assembleia Geral são eleitos ou designados nos termos estabelecidos no regulamento eleitoral.
2. O presidente e os restantes órgãos referidos nas alíneas d) a g) do artigo 10º são eleitos em listas próprias.
3. As listas devem conter, além dos membros efectivos, membros suplentes.

7
2
1 Alamy
João

4. As listas a submeter à eleição devem ser apresentadas na sede da federação até quinze dias úteis antes do acto eleitoral e divulgadas até dez dias úteis pelos delegados à Assembleia Geral.

Artigo 12.º
(Elegibilidade)

1. São elegíveis os cidadãos comunitários residentes em território nacional, maiores, com direito a votar, que não se encontrem afetados por qualquer incapacidade de exercício de direitos e que não sejam devedores de quaisquer quantias à federação.
2. Não podem ser eleitos os que hajam sido punidos por infracções de natureza criminal, contra-ordenacional ou disciplinar, em matéria de violência, corrupção, dopagem, racismo ou xenofobia, até cinco anos após o cumprimento da pena, nem que tenham sido punidos por crimes praticados no exercício de cargos dirigentes em federações desportivas, bem como por crimes contra património destas, até cinco anos após o cumprimento da pena, salvo se sanção diversa lhe tiver sido aplicada por decisão judicial.

Artigo 13.º
(Mandato)

1. Os titulares dos órgãos federativos são eleitos por um período de quatro anos, em regra coincidente com o ciclo do Campeonato Mundial de Shorinji Kempo.
2. Os titulares dos órgãos federativos cessam funções com a tomada de posse dos novos titulares, assumindo funções de mera gestão corrente entre as datas de eleição e de tomada de posse.

Artigo 14.º
(Remuneração)

1. Os titulares dos órgãos federativos não podem ser remunerados.

Artigo 15.º
(Funcionamento)

1. As reuniões dos órgãos federativos são convocadas pelos respectivos presidentes e só podem funcionar com a presença da maioria dos seus membros em efectividade de funções.
2. As deliberações dos órgãos são tomadas por maioria de votos dos seus titulares, tendo os respectivos presidentes além do seu voto, o direito a voto de desempate.
3. Das reuniões serão lavradas actas, assinadas por todos os presentes ou, no caso da Assembleia Geral, pelos membros da respectiva mesa, das quais devem constar a indicação das presenças, um sumário dos assuntos tratados, as posições dos intervenientes e o resultado das votações, com as respectivas declarações de voto.

Artigo 16.º
(Cessação de mandato)

1. Para além de outros factos legalmente previstos, o mandato cessa por:
 - a) Exoneração;
 - b) Perda de mandato; e,
 - c) Morte.
2. A exoneração é precedida de solicitação expressa do interessado e concedida pelo presidente da mesa da Assembleia Geral e no prazo de quinze dias, após a recepção desse pedido na sede da federação.
3. Perde o mandato o titular de órgão federativo que se encontre em situação a que a lei atribua tal efeito, ou que haja sido punido pelo cometimento de infração a que corresponda pena disciplinar de multa ou suspensão.

Artigo 17.º
(Substituição dos titulares dos órgãos)

1. Ocorrendo a vacatura de lugar por ocorrência de qualquer um dos factos previstos, a vaga será preenchida por cooptação do membro suplente do respectivo órgão.
2. Quando não haja a possibilidade de preenchimento de vaga de acordo com o ponto anterior, deverá ser convocada a Assembleia Geral no prazo máximo de quinze dias para proceder à eleição de titular e suplentes ao preenchimento dos lugares vagos.
3. A vacatura do lugar de Presidente da federação obriga à demissão da Direcção, mantendo-se os titulares demissionários em funções de gestão corrente até posse dos novos titulares.
4. Os novos titulares eleitos nos termos dos números anteriores apenas completarão o mandato em curso.

SECÇÃO II
- ASSEMBLEIA GERAL -

Artigo 18.º
(Competência)

1. Compete à Assembleia Geral:
 - a) Eleger e destituir a sua Mesa e os órgãos da federação;
 - b) Deliberar sobre a declaração de perda de mandato de membro de órgão federativo;
 - c) Deliberar sobre a extinção da federação;
 - d) Aprovar alterações aos estatutos;
 - e) Aprovar e alterar os modelos dos símbolos federativos;
 - f) Apreciar, votar e aprovar o relatório, o balanço, o orçamento e os documentos de contas;
 - g) Deliberar sobre pedidos de renúncia de mandato;
 - h) Sob proposta da Direcção, deliberar sobre admissão de associados ordinários;
 - i) Deliberar sobre a perda de qualidade de associado;
 - j) Sob proposta da Direcção, conferir a qualidade de associados de mérito e honorários; e,
 - k) Ratificar o regulamento de taxas aprovado pela Direcção.

Artigo 19.º
(Composição)

1. A Assembleia Geral é composta no mínimo por trinta delegados, representantes de clubes, praticantes, árbitros, examinadores, mestres ou outros elementos que sejam membros da federação, por aplicação do princípio legal da representatividade e no máximo de três delegados por cada entidade.
2. A eleição dos delegados é da responsabilidade de cada entidade de acordo com os seus regulamentos e estatutos.
3. Caso se verifique que o número total de delegados é inferior ao valor definido no primeiro ponto deste artigo, cada uma das entidades indicará, em número equitativo entre todas, tantos delegados quantos os necessários para atingir esse número mínimo.
4. Caso se verifique que o número total de delegados é superior a cento e vinte delegados, cada uma das entidades indicará, em número equitativo entre todas, os delegados para não ultrapassar este número máximo.
5. Em momento algum, o número de delegados relativos a clubes poderá ser superior a 70% do total de delegados da Assembleia Geral.
6. Nenhum dos delegados pode representar mais do que uma entidade.

Artigo 20.º
(Funcionamento)

1. A Assembleia Geral deve ser convocada com um mínimo de 15 dias de antecedência.
2. A Assembleia Geral não pode deliberar, em primeira convocação, sem a presença de pelo menos metade dos delegados.
3. Cada delegado tem direito a um voto, não se admitindo o voto por correspondência nem por representação.
4. Por requerimento subscrito por 20% ou mais dos delegados da Assembleia Geral, pode ser solicitada a apreciação, para efeitos de cessação da sua vigência ou de aprovação de alterações, de qualquer regulamento federativo.

Artigo 21.º
(Mesa)

1. A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente e um secretário.
2. Compete à Mesa dirigir os trabalhos da Assembleia Geral, decidindo sobre todas as questões que tenham que ver com a regularidade da mesma ou dos presentes.

Artigo 22.º
(Presidente da Mesa)

1. Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral:
 - a) Convocar a Assembleia Geral;

- b) Assinar e rubricar todos os livros da federação;
- c) O Presidente da Mesa é substituído nas suas faltas, por quem a Assembleia Geral designar para o efeito.

Artigo 23.º
(Secretário da Mesa)

1. Compete ao Secretário elaborar as actas, verificar as inscrições no livro de presenças, efectuar as chamadas e apontar os resultados das votações e coadjuvar o Presidente da Mesa nas suas funções.

Artigo 24.º
(Reuniões)

1. A Assembleia Geral reúne-se ordinariamente:
 - a) Até 15 de Dezembro de cada ano para discutir e votar o orçamento do ano seguinte;
 - b) Até 31 de Março de cada ano para discutir e votar o Relatório e Contas do ano anterior;
 - c) Até quinze dias úteis após a verificação da ausência de quórum de funcionamento de qualquer órgão colegial ou da Direcção; e,
 - d) Até quinze dias úteis após a tomada de posse para eleger os novos órgãos colegiais e Presidente da federação.
2. A Assembleia Geral reúne-se extraordinariamente, por iniciativa do Presidente da Mesa, ou por solicitação do Presidente da federação, ou por requerimento de um quarto dos delegados que a compõem.

Artigo 25.º
(Deliberações)

1. Não é possível tomar qualquer deliberação em matéria que não conste do aviso convocatório.
2. As deliberações que envolvam alterações estatutárias, destituição de qualquer órgão da federação, ou perda da qualidade de associado devem ser aprovadas com mais de 75% dos votos dos delegados.
3. A extinção da federação exige ser aprovada com mais de 80% dos votos dos delegados.

SECÇÃO III
- DO PRESIDENTE -

Artigo 26.º
(Funções)

1. A função do Presidente da FPSK é representar a federação, assegurar o seu regular funcionamento e promover a colaboração entre os órgãos federativos; e,
2. O Presidente da FPSK acumula, preferencialmente, a função de Representante de Portugal no Japão perante a WSKO.

Artigo 30.º
(Composição)

1. A Direcção é composta por um número ímpar de membros, com um mínimo de cinco elementos, sendo um o Presidente.
2. A Direcção deverá nomear um membro para cada um dos cargos:
 - a) Tesoureiro;
 - b) Secretário

1. Compete ao Tesoureiro da Direcção salvaguardar o registo adequado dos valores pecuniários, do balanço das contas, e da elaboração do orçamento e do relatório de contas.

1. Compete ao Secretário da Direcção elaborar as actas, verificar as inscrições no livro de presenças, efectuar as chamadas e apontar os resultados das votações e coadjuvar o presidente nas suas funções.

Artigo 33.º

(Director Técnico)

1. O Director Técnico é nomeado pela Direcção.
2. Compete em especial ao Director Técnico:
 - a) Organizar actividades de formação de instrutores relevantes à prática de Shorinji Kempo;
 - b) Estabelecer os critérios de escolha dos elementos da selecção nacional;
 - c) Auxiliar os clubes na preparação das equipas das selecções nacionais quando requerido pelos mesmos; e,
 - d) Auxiliar na organização de outros eventos federativos ou apoiados pela federação.
 - e) Nomear instrutores para estágios promovidos pela FPSK.
3. O Director Técnico deverá possuir uma licenciatura na área da Educação Física ou do Desporto, ou qualificações profissionais reconhecidas nos termos da Lei nº 9/2009, de 4 de março, e ser praticante de Shorinji Kempo.

- ### Artigo 29.º
- (Competência)

1. Compete em especial à Direcção:
 - a) Aprovar regulamentos;
 - b) Organizar as selecções nacionais;
 - c) Organizar as competições e estágios nacionais;
 - d) Organizar provas de exame de graduação;
 - e) Garantir a efectivação dos direitos e deveres dos associados;
 - f) Elaborar anualmente o plano de actividades;
 - g) Elaborar anualmente e submeter a parecer do Conselho Fiscal o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
 - h) Administrar os negócios da federação em matérias que não sejam especialmente atribuídas a outros órgãos; e,
 - i) Zelar pelo cumprimento dos estatutos e das deliberações dos órgãos da federação.
 - j) Nomear o Diretor Técnico.

1. O Conselho Fiscal fiscaliza os actos de administração financeira da federação.
2. Compete, em especial, ao Conselho Fiscal:

- a) Emitir parecer sobre o orçamento, o balanço e os documentos de prestação de contas;
- b) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte; e,
- c) Acompanhar o funcionamento da federação, participando aos órgãos competentes as irregularidades financeiras de que tenha conhecimento.

Artigo 35.º
(Composição)

1. O Conselho Fiscal é composto por um único fiscal, sendo este necessariamente um técnico oficial de contas

SECÇÃO VI
- DO CONSELHO DE DISCIPLINA -

Artigo 36.º
(Competências)

1. Compete ao Conselho de Disciplina:
 - a) Elaborar os regulamentos disciplinares para serem aprovados pela Direcção; e,
 - b) Apreciar e punir, de acordo com a lei e regulamentos federativos, as infracções disciplinares em matéria da prática do Shorinji Kempo.

Artigo 37.º
(Composição)

1. O Conselho de Disciplina é composto por três elementos, sendo o presidente deste órgão necessariamente licenciado em Direito.

SECÇÃO VII
- DO CONSELHO DE JUSTIÇA -

Artigo 38.º
(Competências)

1. Compete ao Conselho de Justiça:
 - a) Conhecer dos recursos das decisões disciplinares;
 - b) Apreciar e punir as infracções disciplinares cometidas por membros do Conselho de Disciplina; e,
 - c) Dar parecer sobre matéria de natureza jurídica ou regulamentar.

Artigo 39.º
(Composição)

1. O Conselho de Justiça é composto por três elementos, sendo necessariamente o presidente licenciado em Direito.

SECÇÃO VIII
- DO CONSELHO DE ARBITRAGEM -

Artigo 40.º
(Competências)

1. Compete ao Conselho de Arbitragem:
 - a) Elaborar as listas ordenadas de árbitros de campeonatos nacionais e examinadores de provas nacionais de graduação;
 - b) Estabelecer os parâmetros de formação dos juizes de campeonatos nacionais;
 - c) Proceder à classificação técnica dos árbitros de campeonatos nacionais;
 - d) Elaborar parecer sobre candidato a examinador da WSKO e,.
 - e) Nomear árbitros de campeonatos, examinadores de provas nacionais de graduação.

Artigo 41.º
(Composição)

1. O Conselho de Arbitragem é composto por três elementos, praticantes ativos, possuindo o presidente uma graduação igual ou superior ao terceiro Dan em Shorinji Kempo e os restantes elementos uma graduação igual ou superior ao primeiro Dan em Shorinji Kempo.

SECÇÃO IX
- DO COMITÉ PARA A DEFESA DAS PROPRIEDADES INTELECTUAIS DO SHORINJI KEMPO -

Artigo 42.º
(Comité para a Defesa das Propriedades Intelectuais do Shorinji Kempo – Value Revel Up)

1. Este Comité exerce as suas funções com autonomia do presidente e direcção da FPSK, embora em forte sintonia e cooperação mútuas, competindo-lhe nomeadamente:
 - a) Garantir a total e completa defesa e protecção de todas as Propriedades Intelectuais que caracterizam o Shorinji Kempo.
 - b) Analisar, corrigir se necessário, e aprovar ou não, todos os pedidos de clubes e/ou Secções filiados na FPSK, relativamente ao uso da marca e símbolo do Shorinji Kempo.
 - c) Fornecer ficheiros que reflitam a marca e simbolo do Shorinji Kempo a ser utilizada.
2. Os seus membros – preferencialmente três - são nomeados pela Direcção da FPSK – tendencialmente no início de cada mandato desta - de entre os instrutores nacionais com maior experiência e conhecimentos nesta área tão sensível do Shorinji Kempo.

11
João

CAPÍTULO IV **- DO REGIME DISCIPLINAR -**

Artigo 43.º (Infração disciplinar)

1. O poder disciplinar da federação exerce-se sobre todos os dirigentes, associados, e praticantes que desenvolvam a actividade compreendida no respectivo regime disciplinar.
2. Comete infração disciplinar qualquer dos membros da federação, referidos no ponto anterior, que, por acção ou omissão, violar dolosa ou culposamente algum dos deveres decorrentes dos estatutos, regulamentos internos ou das demais disposições legais a que se encontre obrigado.

Artigo 44.º (Sanções disciplinares)

1. As sanções disciplinares aplicáveis são as seguintes:
 - a) Advertência;
 - b) Repreensão;
 - c) Suspensão, e,
 - d) Expulsão

CAPÍTULO V **- DAS RECEITAS E DESPESAS -**

Artigo 45.º (Receitas)

1. São receitas da federação as provenientes de:
 - a) Quotização;
 - b) Seguro desportivo;
 - c) Rendimentos de organização de eventos;
 - d) Donativos e subvenções;
 - e) Produto de alienação de bens;
 - f) Patrocínios;
 - g) Marketing, merchandising, gestão de marcas e publicidade;
 - h) Rendimentos de todos os valores patrimoniais; e,
 - i) Rendimentos de contratos celebrados com quaisquer entidades privadas, bem como os provenientes de contratos-programa celebrados com a Administração Pública.

Artigo 46.º (Despesas)

1. São despesas da federação as resultantes de:
 - a) Expediente, administração e representação;
 - b) Publicações e publicidade;
 - c) Seguro desportivo;
 - d) Aquisição de material relativo à modalidade;
 - e) Atribuição de abonos de deslocação a titulares dos órgãos federativos;

- f) Concessão aos associados de subsídios e subvenções destinados a fins reconhecidamente úteis à modalidade;
- g) Organização de eventos relativos à modalidade;
- h) Encargos de filiação em organismos internacionais;
- i) Encargos resultantes de gratificações, contratos, operações de crédito ou decisões judiciais; e,
- j) Outras que a FPSK haja de suportar no âmbito de obrigações impostas por lei.

CAPÍTULO VI **- DO REGIME ORÇAMENTAL E CONTAS -**

SECÇÃO I **- ORÇAMENTO -**

Artigo 47.º (Organização)

1. A Direcção procederá, anualmente, à organização do projecto de orçamento ordinário, submetendo-o à apreciação e aprovação da Assembleia Geral conjuntamente com o respectivo parecer do Conselho Fiscal.

Artigo 48.º (Alteração)

1. Uma vez aprovado, o orçamento ordinário só poderá ser alterado, por deliberação da Assembleia Geral, através de orçamentos suplementares ou de transferência de verbas, após parecer favorável do Conselho Fiscal.

SECÇÃO II **- CONTAS -**

Artigo 49.º (Princípios gerais)

1. Os actos de gestão da federação são registados em livros próprios e comprovados por documentos devidamente legalizados, ordenados e guardados em arquivos.
2. O sistema contabilístico deve permitir um conhecimento claro e rápido do movimento dos valores da federação.
3. O ano federativo coincide com o ano civil.

Artigo 50.º (Elaboração)

1. Compete à Direcção elaborar anualmente o balanço e as contas do ano federativo.

CAPÍTULO VII
- DISPOSIÇÕES FINAIS -

Artigo 51.º
(Direito subsidiário)

1. São subsidiariamente aplicáveis ao presente estatuto as normas que regulam o regime jurídico das federações desportivas dotadas de utilidade pública desportiva.

Artigo 52.º
(Integração de lacunas)

1. Os casos não previstos nos presentes estatutos e regulamentos que o desenvolvam são integrados nos termos gerais de Direito.

Yosi Antonio da Silva Almeida

A notária,
Lucinda da Rosário Bernardino higou